

*23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 11 de Dezembro de 2008*

ACTA

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto 1. Período de Antes da Ordem do Dia / Informações

Ponto 2. Decisões proferidas ao abrigo de Delegação e Subdelegação de Competências

2.1. Licenciamento de Obras Particulares

Ponto 3. Apreciação das Propostas de Acta de 15.11.2007 e de 29.11.2007

Ponto 4. **EDUCAÇÃO** – ENSINO BÁSICO

. CENTRO ESCOLAR DA FREGUESIA DE VILA NOVA DE ANÇOS

. Obras de Reabilitação e Requalificação

- Adjudicação

Ponto 5. **EDUCAÇÃO** – ENSINO BÁSICO

. CONSERVAÇÃO/REPARAÇÃO DE ESCOLAS BÁSICAS DO 1.º CEB

. BIBLIOTECA DA EB1/2 DE SOURE

- Adjudicação

Ponto 6. **CULTURA**

. APOIOS AO INVESTIMENTO

- 2008 (3)

Ponto 7. **CULTURA** – APOIO A FESTIVAIS E INICIATIVAS DIVERSAS

. CERCAL ROCK/2008

Ponto 8. **DESPORTO E TEMPOS LIVRES**

. APOIOS AO INVESTIMENTO

- 2008 (2)

***23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 11 de Dezembro de 2008***

Ponto 9. **ACÇÃO SOCIAL** – APOIO A ACTIVIDADES NO ÂMBITO DA ACÇÃO SOCIAL

- . HABITAÇÃO SOCIAL // PROGRAMA PROHABITA
- . Arrendamento - 4.ª, 5.ª, 6.ª e 7.ª Fases
 - Contrato de Participação

Ponto 10. **ACÇÃO SOCIAL** – APOIO A ACTIVIDADES NO ÂMBITO DA ACÇÃO SOCIAL

- . HABITAÇÃO SOCIAL // PROGRAMA PROHABITA
- . Aquisição/Reabilitação
- . Casa do Moinho
 - Concurso Público

Ponto 11. **ACÇÃO SOCIAL** – APOIO A ACTIVIDADES NO ÂMBITO DA ACÇÃO SOCIAL

- . PARTICIPAÇÃO NO PROJECTO PDIAS
- . Apoio a Obras em Habitações Degradadas
 - Proposta

Ponto 12. **ACÇÃO SOCIAL** – URBANIZAÇÃO E URBANISMO

- . Santa Casa da Misericórdia de Soure
 - Isenção de Taxas

Ponto 13. **SANEAMENTO E SALUBRIDADE** – CEMITÉRIOS

- . AQUISIÇÃO DE TERRENO
 - Ampliação do Cemitério da Vinha da Rainha

Ponto 14. **RECURSOS HUMANOS**

- Estágios

14.1. Agrupamento de Escolas de Soure

14.2. Instituto Pedro Hispano

***23.^a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 11 de Dezembro de 2008***

Ponto 15. **TRABALHADORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE SOURE**

. NATAL /2008

Ponto 16. **ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL**

. “Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado”

- Contratação de um Empréstimo a Médio/Longo Prazo

Ponto 17. *Outros assuntos a incluir, se for caso disso, nos termos do artigo 83.º da Lei n.º 169/99, de 18.09.*

Ponto 1. Período de Antes da Ordem do Dia / Informações

***23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 11 de Dezembro de 2008***

O Senhor Presidente deu início à reunião, começando por prestar um conjunto de informações.

*** EDUCAÇÃO**

No dia 28 de Novembro decorreu mais uma entrega de Diplomas, no âmbito do Programa Novas Oportunidades... sensivelmente oito dezenas de pessoas tiveram a oportunidade de ver as suas competências validadas e certificadas, sendo que a grande maioria era originária de oito das doze Freguesias do Concelho... observe-se que as restantes eram das Freguesias da Ega, Belide, Condeixa-a-Velha, do Concelho de Condeixa, também das Freguesias de Almalaguês e Antanhol do Concelho de Coimbra e ainda de algumas Freguesias limítrofes do Concelho da Figueira da Foz. Esta Sessão contou, entre outras, também com a presença do Senhor Governador Civil e do Senhor Presidente do Conselho Executivo do Agrupamento de Escolas... ficou claro que o objectivo nacional de haver mais um milhão de pessoas com um grau equivalente ao Secundário, não será por falta de capacidade de afirmação, aqui no Concelho, que deixará de ser atingido.

*** CULTURA**

No dia 29 de Novembro, durante a Sessão de Encerramento de Actividades do Grupo de Pauliteiros de Vila Nova de Anços, procedeu-se à subscrição do Protocolo relativo ao Apoio ao Investimento recentemente aprovado... relembre-se que se tratou de uma aprovação de 2 apoios, ao Grupo de Pauliteiros e à Sociedade Filarmónica Recreativa e Beneficente Vilanovense, tendo em vista o aparecimento de uma nova Sede Social e instalações complementares.

*** ACÇÃO SOCIAL**

No dia 30 de Novembro, estivémos presentes numa das acções do Programa Comemorativo do 66.º Aniversário da Associação Cultural, Desportiva e de Solidariedade de Vinha da Rainha... logo após uma visita às obras em curso do novo equipamento Lar/Creche, procedeu-se também à subscrição do Protocolo relativo ao apoio aprovado para esse investimento, no valor de 15% do mesmo.

*** ILUMINAÇÃO PÚBLICA**

***23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 11 de Dezembro de 2008***

Ontem, dia 10 de Dezembro, ocorreu a inauguração da nova Subestação de Soure!!!... Este novo equipamento, com tecnologia de ponta, veio reforçar, de forma significativa, a capacidade em termos de fornecimento de energia eléctrica, isto é, veio contribuir para a melhoria da qualidade de vida de muitos dos nossos Municípios... Em princípio, depois de um período transitório, deverão ocorrer muito menos avarias e, ainda assim, se ocorrerem, o período de normalização do serviço deverá ser substancialmente menor, uma vez que a identificação do local da mesma deverá ser mais rápida... releve-se que este novo equipamento servirá também parte dos Concelhos vizinhos de Figueira da Foz e de Pombal.

Esteve presente, na inauguração deste investimento da EDP, o Presidente do Conselho de Administração da EDP - Distribuição, o Eng.º João Torres, bem como alguns Directores dessa entidade e também o Coordenador da Área Operacional que, de forma mais próxima, acompanha as nossas parcerias com a EDP, o Eng.º Rafael.

*** URBANISMO E URBANIZAÇÃO**

No dia 8 de Dezembro, estivemos em Alencarce de Baixo, numa iniciativa organizada pela “Comissão local de Melhoramentos”, que, na prática, fez a apresentação de um conjunto de pequenas intervenções: melhoria da iluminação pública e beneficiação dos arruamentos...

Dar nota que no espaço anteriormente ocupado por uma casa velha que foi demolida e que foi requalificado, tendo sido transformado numa zona de lazer, com mobiliário urbano, com calçada... penso que tiveram uma ideia feliz, ao proceder à colocação de uma pedra típica da antiga mina de Alencarce, com um gasómetro e uma picareta... conjunto a que deram a designação de “Praceta do Mineiro”, com justo, adequado e oportuno simbolismo... Numa das próximas reuniões, em termos de Toponímia, não deixaremos de procurar dar suporte legal a essa “sugestão”.

*** PROTECÇÃO CIVIL**

- No dia 30 de Novembro ocorreram as comemorações do 118.º Aniversário da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Soure.

Foi uma Sessão Solene muito participada e, acima de tudo, demonstrativa da excelente “saúde” que a Instituição atravessa e da sua inequívoca boa capacidade de resposta em termos daquilo que são os objectivos que estão subjacentes à sua actividade.

***23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 11 de Dezembro de 2008***

- Relativamente à informação solicitada sobre os meios técnicos e equipamentos utilizados no Posto da GNR de Soure, aguarda-se a realização da reunião prevista com o comandante local.

O Senhor Vice-Presidente Santos Mota referiu que: “no dia 5 de Dezembro, estive presente numa iniciativa social, promovida pelo Clube de Pesca Desportiva de Soure.

No dia 7 de Dezembro, acompanhei o Senhor Presidente de Câmara em duas iniciativas: uma, organizada pelo Centro Social de Alencarce de Cima e Cascão e uma outra, promovida pela Associação Cultural, Recreativa e Desportiva dos Simões.

Também gostaria de reforçar o que foi dito pelo Senhor Presidente de Câmara em relação a uma digna requalificação em Alencarce de Baixo. Não sei se todos os Senhores Vereadores conhecem Alencarce de Baixo; é uma comunidade pequena, mas a população tem orgulho na sua terra e vê, com muito carinho e reconhecimento, estas obras.

Esta, em particular, teve um grande simbolismo para aquela população, porque existiram Minas de Carvão em Alencarce de Baixo; grande parte da população exercia essa actividade mineira e, portanto, está ali o forte simbolismo, uma “sala de visitas” desta comunidade.”

A Senhora Vereadora Dra. Ana Maria Treno referiu que: “na área da Educação, estão a decorrer de 4 a 16 de Dezembro no Centro Paroquial de Soure, as Festas de Natal que aqui aprovámos; estas festas destinam-se a todas as crianças do Pré-escolar e 1.º Ciclo. Trata-se de um espectáculo, mais uma vez, organizado pela equipa de animação da Biblioteca Municipal, com a participação muito especial de utentes da APPACDM de Soure. Há aqui duas componentes muito interessantes: o facto de ser, mais uma vez, um espectáculo criado por técnicos municipais e numa forma diferente de integração de utentes da APPACDM. É extremamente gratificante ver a alegria com que aqueles jovens, com características muito especiais, encaram a sua participação neste espectáculo, a interacção que estabelecem com as crianças do Concelho e a forma como as crianças também interagem com eles. Há uma componente humana muito importante que devemos realçar.

Reforçar o que já foi dito ao nível da entrega de Diplomas pelo Centro Novas Oportunidades do Agrupamento de Escolas de Soure; destacar a dinâmica deste Centro; é já a terceira sessão de entrega de diplomas a formandos, não só do

**23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 11 de Dezembro de 2008**

Concelho, mas também de Concelhos limítrofes, o que mostra que o Concelho de Soure dá uma resposta perfeitamente adequada.

Realçar a alegria com que estes formandos recebem esta certificação que, efectivamente, contribui de forma muito decisiva para a sua valorização pessoal e profissional mas, acima de tudo, trata-se de um processo de auto-estima que se reflecte a nível pessoal, mas que também se alarga ao contexto familiar. Portanto, é um processo extremamente rico a nível humano.

Gostaria de referenciar também a exposição que todos tiveram a oportunidade de ver quando entraram no edifício e que está no Átrio da Câmara, trata-se de uma exposição sobre *Direitos Humanos e Multiculturalismo*, com trabalhos realizados pelos alunos do Agrupamento de Escolas de Soure, no âmbito das Bibliotecas Escolares, naturalmente com o apoio da Câmara Municipal de Soure. É uma exposição que está presente em vários locais da Vila de Soure: no átrio da Câmara, na Biblioteca, no Museu, na Caixa Geral de Depósitos, na EB 1/2 e na Sede de Agrupamento. É também uma forma de dar visibilidade positiva àquilo que se faz nas escolas e apresentar uma das formas de como se sensibilizam os mais novos para a questão dos Direitos Humanos e para o respeito pelo outro, qualquer que seja a sua origem ou condição.

Na área da Acção Social, referir a presença no 26.º Aniversário da Associação Cultural, Recreativa e Social de Samuel.

Alertar para a Exposição de Presépios, que será inaugurada no dia 13 de Dezembro, no próximo Sábado, no Museu Municipal de Soure; uma Exposição com presépios feitos por utentes das IPSS's, que resulta do Plano de Acção da Rede Social do Concelho de Soure, em que as IPSS's, a convite da Câmara Municipal, puseram mãos à obra e construíram presépios utilizando, diferentes materiais; esta é, também, uma forma de ocupação extremamente saudável dos utentes das IPSS's."

A Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos referiu que: "saudar o investimento na Subestação de Abastecimento Eléctrico de Soure que, como o Senhor Presidente disse, vai reforçar não só o abastecimento ao Concelho de Soure, mas também a Pombal e Figueira da Foz. Foi com grande prazer que pude participar nesta inauguração e verificar que Soure também é notícia pelos investimentos consideráveis que são canalizados para aqui e, conseqüentemente, representam uma melhoria na qualidade de vida dos nossos Municípios.

A decisão de autorizarmos a realização da Feira Semanal à Segunda-feira nos dias 1 e 8 de Dezembro, feriados, foi uma medida certa, que os feirantes muito agradecem, muitos comerciantes locais também; trouxe, a Soure, dezenas de

***23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 11 de Dezembro de 2008***

peçoas; foram duas feiras muito fortes, com muita gente; muitas delas vieram à feira de Soure pela primeira vez e deixaram testemunhos de muito agrado e algum espanto pelo espaço que encontraram e por uma feira com muita dignidade.”

O Senhor Vereador Prof. Fernando Martinho referiu que: “em meu nome pessoal, esperar que este tempo de Natal comece com o pé direito e que, de facto, as festas que se vão realizando possam corresponder àquilo que quem participa nelas e quem as organiza espera delas.

Deixar uma palavra de incentivo aos Bombeiros Voluntários do Concelho de Soure, que comemoraram, no passado Domingo, o seu 118.º Aniversário e, em nome da Bancada em que estou integrado, desejar que estes 118 se prolonguem por muitos mais, com a qualidade que nos habituaram na sua actividade normal.

Dizer que me sensibilizaram as palavras de alguns intervenientes, mas não posso deixar aqui de dizer e realçar as palavras do Senhor Comandante, quando manifestou a sua preocupação pela catadupa legislativa que assola os Bombeiros, podendo pôr em causa o voluntariado tal como ele agora existe.

Nós temos que nos adaptar aos tempos; no futuro, temos que encontrar soluções alternativas para algumas lacunas que possam existir, no entanto, não deixam de merecer a nossa preocupação as palavras e também não deixam de nos deixar atentos para o que no futuro possa vir a acontecer nesta área, evidentemente, esperando que estas alterações legislativas não ponham em causa a operacionalidade dos Bombeiros, o serviço que prestam à comunidade e a salvaguarda de bens e pessoas, mas possam servir, esperamos nós, para melhorar a sua eficiência e eficácia e para motivar, ainda mais, aqueles que queiram participar como voluntários. No fundo, uma palavra de parabéns aos Bombeiros por mais este aniversário.”

O Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa referiu que: “também me congratulo com a inauguração da infraestrutura da subestação da EDP, infelizmente não pude estar presente, embora tivesse recebido um convite de véspera, por email e, portanto, tinha já a agenda preenchida e não me foi possível estar presente. De qualquer maneira, congratulo-me por essa infraestrutura que está disponível, a partir de agora, para os Municípios e, naturalmente, tudo quanto seja para engrandecer ou beneficiar as populações, eu acho que devemos congratular-nos por isso, apelando ao Senhor Presidente que quando desejar que os Vereadores estejam presentes nessas iniciativas, deverá formalizar com o devido tempo e com o cuidado de

**23.^a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 11 de Dezembro de 2008**

utilizar as vias que são mais adequadas para que esses convites possam ser ponderados e aceites ou não em tempo.

Na nossa última reunião ficou V. Exa. de analisar/ponderar/tentar auscultar junto da GNR dos veículos disponíveis por essa força militar, para que possa ocorrer a qualquer necessidade que exista no nosso Concelho. Não falou nisso na sua intervenção inicial, pressuponho que tem esses dados...

O último aspecto que se me oferecia evocar tem a ver com a entrega de Diplomas do Programa Novas Oportunidades. Devo dizer que entendo que é um Programa que beneficia um largo estrato populacional da população portuguesa e, nesse sentido, é um Programa bem vindo e é um Programa que, com conhecimento pessoal, está a ser largamente aproveitado por muitas pessoas que, ao fim de muitos anos fora do estudo, querem retomar uma aprendizagem e isso deve ser ressaltado e valorizado.

Noto também que existe algum interesse objectivo de que iniciativas desta natureza, que envolvem vários Concelhos, sejam localizadas em Soure. Não percebo porquê, porque é que esse tipo de iniciativas de alguma dimensão envolvente de Concelhos vizinhos são realizados/concretizados em Soure, mas o Senhor Presidente saberá melhor do que nós... de qualquer maneira, uma palavra de estímulo para todos aqueles que frequentaram estes cursos e que sendo originários do Concelho de Soure, podem aplicar todos os ensinamentos obtidos na realidade concelhia. Por isso, a minha invocação é exactamente para todos aqueles que, ao fim de muitos anos sem estudar, entendem que está chegada a hora de retomar esse caminho e, portanto, devem ser valorizados por isso.”

O Senhor Presidente referiu que: “o Senhor Vereador tem razão quando diz que *“deve ocorrer formalização com devido tempo e que não devem ocorrer convites de véspera”*... mas, concordará comigo que estávamos perante um investimento muito reclamado por nós, mais do que justo, mas custeado pela EDP!!!... sendo que a confirmação de que a inauguração formal seria no dia 10, às 16,00 horas, chegou-nos exactamente no dia 9, ao fim da tarde... ainda assim nós tivemos o cuidado, mesmo sem qualquer contacto formal com ninguém, que não mensagens e e-mails, e, mesmo assim, conseguiu-se que estivessem alguns Deputados Municipais, os Presidentes de dez das doze Juntas de Freguesia, os Dirigentes da maioria das IPSS`s... aquelas pessoas que, de alguma forma, são forças vivas e que devem estar informadas daquilo que se está a passar... percebo que não seja minimamente correcto, na véspera, o envio de um mail, mas, repito, não é uma inauguração da exclusiva

**23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 11 de Dezembro de 2008**

responsabilidade da Câmara, pelo contrário, somos parceiros reclamantes, somos os melhores clientes, somos o eco social de todos os demais clientes e, portanto, actuámos não propriamente a jusante mas a montante e julgo que perceberá porque é que as coisas foram dessa forma... Pior seria não lhe termos feito chegar a si e a outros responsáveis com legitimidade democrática, a notícia possível do que ia acontecer, sendo que, se a memória não me traiçoa, na última reunião de Câmara, a 27 de Novembro, eu tinha dito que, em princípio, tudo apontava para que esta inauguração fosse a 9 ou 10...

Este Programa Novas Oportunidades é um Programa de inegável alcance nacional e não se trata de haver iniciativas que envolvem Concelhos vizinhos, que não se perceberá bem porquê... o que acontece é que em Soure funcionam dois Centros Novas Oportunidades: o do Agrupamento de Escolas de Soure e o da Associação de Samuel... O do Agrupamento de Escolas de Soure tem, neste momento, uma inscrição de perto de mil formandos... a dinâmica revelada, quer pelos responsáveis do Agrupamento de Escolas, quer pelos que estão mais directamente ligados ao Centro Novas Oportunidades, tem levado a uma procura originária de, praticamente, todo o Concelho... também, Municípes dos Concelhos vizinhos, de Condeixa-a-Nova, Figueira da Foz e Coimbra, terão - eles lá saberão porquê - decidido inscrever-se e frequentar/fruir deste tipo de resposta... Portanto, esta iniciativa envolve também Concelhos vizinhos porque há residentes em Concelhos vizinhos que terão preterido respostas existentes nos seus Concelhos e preferido as respostas existentes no nosso... Portanto, não há aqui nenhuma tentativa de centralização como se poderia ter depreendido da forma como abordou este assunto, quando disse, designadamente “*não se percebe bem porquê em Soure, iniciativas que envolvem Concelhos vizinhos...*”. As coisas estão mais claras e, como muito bem disse a Senhora Vereadora Dra. Ana Maria Treno, naturalmente, é suposto que nos congratulemos, que saudemos aquilo que tem sido a capacidade de afirmação, designadamente na promoção e aplicação prática deste Programa, por parte do Agrupamento de Escolas de Soure.”

Ponto 2. Decisões proferidas ao abrigo de Delegação e Subdelegação de Competências

2.1. Licenciamento de Obras Particulares

Foi tomado conhecimento dos licenciamentos de obras particulares verificados no período decorrido entre a última reunião e a de hoje. -----

Ponto 3. Apreciação das Propostas de Acta de 15.11.2007 e de 29.11.2007

**23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 11 de Dezembro de 2008**

Deliberado, por maioria, com seis (6) votos a favor e uma (1) abstenção, aprovar a presente proposta de Acta de 15.11.2007.-----

Deliberado, por maioria, com seis (6) votos a favor e uma (1) abstenção, aprovar a presente proposta de Acta de 29.11.2007.-----

Ponto 4. EDUCAÇÃO – ENSINO BÁSICO

- . CENTRO ESCOLAR DA FREGUESIA DE VILA NOVA DE ANÇOS
- . **Obras de Reabilitação e Requalificação**
 - **Adjudicação**

Do Departamento de Obras e Urbanismo foi presente a seguinte informação:

Assunto: EDUCAÇÃO – ENSINO BÁSICO

CENTRO ESCOLAR DA FREGUESIA DE VILA NOVA DE ANÇOS

OBRAS DE REABILITAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO

- ADJUDICAÇÃO

Por deliberação de 27.11.2008, foi decidido recorrer à figura de **ajuste directo**, nos termos da alínea a) do artigo 19.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, como procedimento prévio à adjudicação da empreitada acima mencionada.

Das empresas consultadas, apenas apresentou proposta a seguinte:

Empresa	Valor	Prazo
Anog - Albino Nunes Oliveira Guardado	39.507,00 €	10 Dias

Tendo em conta que a empresa respondeu ao solicitado e que o valor da proposta é inferior ao preço base (39.542,17 €), os serviços sugerem a adjudicação da presente empreitada à empresa **ANOG - Albino Nunes Oliveira Guardado**.

É obrigatória a celebração de contrato escrito, uma vez que o mesmo não se encontra dispensado da redução a escrito – vide al. d) do n.º 1 do artigo 95.º do CCP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro.

Tendo em conta que a decisão é favorável ao único interessado, sugere-se a dispensa da audiência prévia, nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 103.º do CPA.

A eficácia da presente adjudicação, nomeadamente para efeitos de quaisquer pagamentos, depende da publicação da mesma, pela entidade adjudicante, no portal único da Internet dedicado aos contratos públicos (www.base.gov.pt) - ver art. 127.º do CCP -.

Conclusão

Tendo em conta a presente informação e o relatório, sugerimos:

1. **Dispensa da audiência prévia** nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 103.º do CPA;
2. A **adjudicação** da presente empreitada à empresa **ANOG - Albino Nunes Oliveira Guardado**;

**23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 11 de Dezembro de 2008**

3. **Autorização** para a realização da despesa no valor de **39.507,00 euros**, acrescido de IVA;
4. **Aprovação** da minuta do contrato em anexo.

À Consideração Superior,
O Director de Departamento
(Marcus Tralhão, Dr.)
09.12.2008

Deliberado, por unanimidade, aprovar a adjudicação, conforme decorre da informação técnica dos serviços.-----

Ponto 5. EDUCAÇÃO – ENSINO BÁSICO

- . **CONSERVAÇÃO/REPARAÇÃO DE ESCOLAS BÁSICAS DO 1.º CEB**
- . **BIBLIOTECA DA EB1/2 DE SOURE**
- **Adjudicação**

Do Departamento de Obras e Urbanismo foi presente a seguinte informação:

Assunto: EDUCAÇÃO – ENSINO BÁSICO
CONSERVAÇÃO/REPARAÇÃO DE ESCOLAS BÁSICAS DO 1.º CEB
BIBLIOTECA DA EB1/2 DE SOURE
- ADJUDICAÇÃO

Por deliberação de 13.11.2008, foi decidido recorrer à figura de **ajuste directo**, nos termos da alínea a) do artigo 19.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, como procedimento prévio à adjudicação da empreitada acima mencionada.

A empresa consultada apresentou a seguinte proposta:

Empresa	Valor	Prazo
Carlos Flório & Filhos, Lda	2.250,00 €	5 Dias

Tendo em conta que a empresa respondeu ao solicitado e que o valor da proposta é inferior ao preço base (2.300,00 euros), os serviços sugerem a adjudicação da presente empreitada à empresa **Carlos Flório & Filhos, Lda**.

**23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 11 de Dezembro de 2008**

Tratando - se de um contrato de empreitada de obras públicas de complexidade técnica muito reduzida e não excedendo o preço contratual 15.000,00 €, é dispensada a redução a escrito do mesmo - vide alínea d) do n.º 1 do artigo 95.º do CCP -.

Tendo em conta que a decisão é favorável ao único interessado, sugere-se a dispensa da audiência prévia, nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 103.º do CPA.

A eficácia da presente adjudicação, nomeadamente para efeitos de quaisquer pagamentos, depende da publicação da mesma, pela entidade adjudicante, no portal único da Internet dedicado aos contratos públicos (www.base.gov.pt) - ver art. 127.º do CCP -.

Conclusão

Tendo em conta a presente informação e o relatório, sugerimos:

1. **Dispensa da audiência prévia** nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 103.º do CPA;
2. A **adjudicação** da presente empreitada à empresa **Carlos Flório & Filhos, Lda**;
3. **Autorização** para a realização da despesa no valor de **2.250,00 euros**, acrescido de IVA;

À Consideração Superior,
O Director de Departamento
(Marcus Tralhão, Dr.)
09.12.2008

Deliberado, por unanimidade, aprovar a adjudicação, conforme decorre da informação técnica dos serviços.-----

Ponto 6. CULTURA
. APOIOS AO INVESTIMENTO
- 2008 (3)

Deliberado, por unanimidade, retirar o presente ponto da Ordem de Trabalhos.----

**23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 11 de Dezembro de 2008**

**Ponto 7. CULTURA – APOIO A FESTIVAIS E INICIATIVAS DIVERSAS
. CERCAL ROCK/2008**

CULTURA

Apoio a Festivais e Iniciativas Diversas // 2008



ENTIDADE		Transferência de Capital

O Vice-Presidente*
(Santos Mota)
2008.12.09

* Por Delegação de Competências, Despacho
do Exmo Senhor Presidente de Câmara, de 04.11.2005

O Senhor Presidente referiu que: “aquilo que se propõe é a atribuição de um apoio no valor de 1.000,00 euros, a esta iniciativa.”

O Senhor Vice-Presidente Santos Mota referiu que: “é uma referência em termos culturais, dentro desta área de música moderna, do nosso Concelho.

Foi um Festival muito positivo; teve uma característica muito própria, em que participaram elementos pertencentes ao nosso Concelho e as bandas que intervieram, apresentaram trabalhos de qualidade; a afluência foi muito positiva.

Em suma, o Grupo Balbúrdia e a Associação da Banda do Cercal estão de parabéns pela realização desta 12.ª Edição do Cercal Rock.”

Deliberado, por unanimidade, aprovar a atribuição de um apoio no valor de 1.000,00 euros.-----

**23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 11 de Dezembro de 2008**

Ponto 8. DESPORTO E TEMPOS LIVRES

. APOIOS AO INVESTIMENTO

- 2008 (2)

DESPORTO E TEMPOS LIVRES

Apoios ao Investimento // 2008 - (2)

PROPOSTA

Entidade	Transferência de Capital
	€
	€
	€

O Vice-Presidente*
(Santos Mota)
2008.12.09

* Por Delegação de Competências, Despacho
do Exmo Senhor Presidente de Câmara, de 04.11.2005

O Senhor Presidente referiu que: “a Secção de Futsal da Granja do Ulmeiro tem um investimento, na renovação de equipamentos, previsto de 2.150,00 euros; estamos a propor, sensivelmente, 50%... no caso das outras duas entidades, que têm equipas a disputar provas: no caso do Futebol Clube da Carvalheira de Baixo, trata-se de um apoio de 50% do valor investido, enquanto na Casa do Futebol Clube do Porto do Concelho de Soure, de um apoio correspondente a 30% do investimento.

Estas percentagens têm a ver com a diferença em termos daquilo que é a função social que cada uma está a desenvolver em termos de Desporto e de aposta maior ou menor em escalões de formação.

Tanto quanto o Senhor Vice-Presidente me transmitiu, porque manteve contactos com os Dirigentes das três Instituições, afigura-se-nos que, embora haja aqui em

***23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 11 de Dezembro de 2008***

dois casos, uma proposta de apoios que ronda os 50%, há outra que é mais reduzida... não obstante a disponibilidade adiantada para divulgação do Município, o que é facto é que a função social afigura-se-nos menos intensa.”

O Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa referiu que: “compreendo que, da sua parte, exista uma ponderação, uma análise cuidada deste tipo de solicitações que são efectuadas ao Município. Parto do princípio que todas estas Colectividades têm uma componente social activa, têm uma ocupação de jovens que nos permite pensar que é a correcta, pela prática desportiva, mas, de qualquer maneira, há aqui um conjunto de situações que gostaria de reflectir nesta oportunidade.

A primeira tem a ver com a possibilidade do Município estar a subsidiar a aquisição de meios de transporte, os quais, naturalmente, são importantes para estas colectividades e que por serem importantes é que elas os pedem e isso faz-me depreender que a disponibilidade de transportes que, neste momento, a Câmara Municipal disponibiliza para os Clubes não está a ser igual para todos, ou seja, uns, efectivamente, têm uma capacidade de locomoção que lhes permite ter uma intervenção desportiva activa; outras, infelizmente, não têm essa possibilidade e daí a intervenção da Câmara Municipal.

Só queria que me esclarecesse se, efectivamente, os meios de transporte que a Câmara possui, neste momento, não conseguem corresponder a todas as solicitações que o tecido desportivo tem no Concelho de Soure e se é assim, qual é exactamente a política que - entendo e espero que da sua parte não seja casuística -, pensa para solicitações desta natureza que surjam de outras Colectividades.

O segundo aspecto tem a ver com a Casa do Futebol Clube do Porto. Não está aqui subjacente qualquer concepção clubista, mas parto do princípio que esta Colectividade, por aquilo que descreve na carta que enviou ao Município, não é apoiada rigorosamente nada pelo Futebol Clube do Porto. Partindo do princípio que estas serão casas que representam, no espaço geográfico do Município, grandes clubes nacionais e que, naturalmente, por aquilo que aqui é descrito, não têm apoio rigorosamente nenhum, já que pedem apoio até para a gasolina, sinto-me legitimado para perguntar que tipo de apoios é que a Câmara Municipal deve estabelecer a agremiações desta natureza, partindo do princípio que tem uma componente social importante - é uma prática desportiva -, mas que tipo de política concreta, legítima e transparente é que devemos ter em relação a este tipo de colectividades que representam emblemas que não são, naturalmente, emblemas

**23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 11 de Dezembro de 2008**

enraizados naquilo que é a realidade concelhia, embora seja um clube de dimensão nacional que nos merece todo o respeito.”

O Senhor Presidente respondeu, dizendo: “questão de haver ou não disponibilidade... existindo, de, porventura, ocorrer um desigual tratamento ou um não igual tratamento para todas as Instituições em termos de utilização de viaturas municipais... o Município tem um parque de viaturas direccionado, preferencialmente, para os Transportes Escolares e para tudo o que tem a ver com Acção Social... a seguir, para além de iniciativas ligadas à Educação, o Município apoia, de forma significativa, as cinco Bandas, os dezasseis Grupos de Folclore, grupos de outras vertentes culturais e, naturalmente, os diferentes grupos das diferentes modalidades desportivas. Aquilo que é feito é um tratamento praticamente igualitário!!!... a título de exemplo: se um Grupo de Folclore faz, em média/ano, dezasseis deslocações, se calhar, tem um apoio de 3/4 ano, numa base de grande equilíbrio e que tem a ver com o número de deslocações/ano e o que vale para os Grupos de Folclore, vale também para os diferentes grupos desportivos... o que acontece é que há alguns grupos desportivos que têm na sua Freguesia, uma IPSS e que, às vezes acordam uma parceria com a mesma, o que faz com que peçam menos à Câmara Municipal... Nós temos uma capacidade de resposta que é aquela que tem que ver, fundamentalmente, com o nosso quadro de necessidades nos domínios da Educação, Acção Social e Saúde e, depois, há um aproveitamento, por extensão, também nos domínios da Cultura e do Desporto que procura tratar aquilo que são as necessidades de cada um por igual... o que tem havido é que há Clubes que, de *per si*, porque encontraram soluções alternativas ou co-financiamentos cumulativos... por exemplo, o Futebol Clube Carvalheira de Baixo, comprou uma carrinha por 7.000,00 euros, estamos a propor um apoio de 3.500,00 euros... ficou claro que aquilo que não existe, de certeza absoluta, em área nenhuma das políticas municipais é qualquer tipo de política casuística.

Esta questão de ser a Casa do Futebol Clube do Porto do Concelho de Soure ou ser a Casa do Benfica do Concelho de Soure... é evidente que uma colectividade destas não tem o mesmo significado, em termos de enraizamento social, em termos sociológicos como tem o Alfarelense, o Ulmeirense ou uma outra qualquer equipa do Concelho, porque tem uma nomenclatura que tem que ver, naturalmente de forma directa, com aquilo que é a nossa origem. Quer se queira quer não, temos no Concelho muita gente que vive intensamente o Benfica, o Sporting, o Porto e se essa gente se entendeu organizar e, no âmbito dessa organização, prossegue

**23.^a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 11 de Dezembro de 2008**

também objectivos que, de forma inequívoca, têm utilidade social, a questão é se nós os vamos segregar apenas porque o nome não tem origem directa no Concelho de Soure... Eu entendo que não!!!... Se um grupo de pessoas solicitar apoio para uma qualquer iniciativa com alcance social, se utilizarem o nome, por exemplo da Associação de Defesa do Património, nós emprestamos, se utilizarem o nome, Casa do Concelho do Sporting já não?!... O fim é o mesmo, são pessoas do Concelho... não faria qualquer sentido um desigual tratamento, decorrente exclusivamente da nomenclatura. A questão é: quem é que está envolvido?... São pessoas do Concelho de Soure?... É para fazer o quê?... Tem utilidade Social?... Tem a ver com Desporto no Concelho?... O Desporto é ou não uma atribuição municipal?... É... A entidade tem ou não personalidade jurídica?... Tem... Então estamos em condições de apoiar, independentemente, com todo o respeito, de se chamar Casa do Futebol Clube do Porto do Concelho de Soure ou Casa do Benfica ou Casa da Académica do Concelho de Soure.

O que nos parece que deva ser a essência e a razão de ser, as balizas da nossa decisão, não se deve prender com o nome... Agora se me pergunta, “mas eles têm muito ou pouco apoio da entidade-mãe”... quase que adiantou a resposta... isso ultrapassa-nos... Aqui, o que eles dizem é que têm equipas, com jovens de Soure, a disputar provas... investiram numa carrinha de 12.000,00 euros e nós achamos que, exactamente porque o alcance social não é o mesmo que, depois do estudo que foi feito, nos parece que tem, neste momento, o Carvalheira de Baixo, que a percentagem de apoio não podia nem devia ser a mesma e, por isso, é que num caso estamos a propor 3.500,00 euros em 7.000,00 euros e noutro, 3.500,00 euros em 12.000,00 euros. Relativamente àquilo que pareceram ser dois pedidos de esclarecimento para poder amadurecer melhor a sua posição, é aquilo que estamos em condições de adiantar.”

O Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa referiu que: “respondeu inteligentemente a uma pergunta que eu não fiz. De qualquer maneira, assiste-me a dúvida em relação, e recoloco a questão, àquilo que é a política municipal de apoio ao Desporto.

A Casa do Futebol Clube do Porto, naturalmente no ofício que enviou a V. Exa. e que o Senhor Presidente coloca aqui para discussão política, em sede de Câmara Municipal, nem sequer diz quanto é que custou a carrinha, embora tenhamos essa informação informal. Agora, confesso que continuo a ficar na dúvida em relação àquilo que é a política municipal de apoio ao Desporto, nomeadamente no que aos transportes diz respeito, porque eu não quero acreditar que o Senhor Presidente, se bombardeado por ofícios desta natureza de outras Colectividades do Concelho, ou se todas as Colectividades solicitando, com idêntica responsabilidade, apoios desta

***23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 11 de Dezembro de 2008***

natureza, que vão até aos 50%, para aquisição de uma carrinha, acho que o Município, salvo melhor opinião, não tem condições financeiras para poder corresponder a todas estas solicitações, daí eu entender que esta intervenção, que não é casuística, deve levar-nos a pensar que, em tempos como aqueles que nós vivemos e que são de alguma contenção, se porventura houver algum esforço, o mesmo poderá ser feito pelo próprio Município no sentido de garantir que todas estas equipas, todas estas Colectividades têm acesso a transportes ao desenvolvimento da maneira digna. Confesso que, embora indo aprovar este apoio ao investimento, porque entendo que se as Colectividades já estão no terreno, já fizeram algum esforço financeiro para adquirir estas carrinhas e têm uma componente desportiva activa, dizia eu que parece-me que dificilmente poderei, pessoalmente, aprovar propostas desta natureza sem me aperceber, com alguma clareza, qual é a política de apoio ao Desporto da Câmara Municipal de Soure, nomeadamente em relação a equipas de Futsal ou de Futebol, que têm um relacionamento com Concelhos vizinhos ou com equipas de Concelhos vizinhos, se têm dificuldades de aquisição de carrinhas ou não; confesso que dificilmente aprovarei apoios ao investimento desta natureza se não me for dito exactamente que todas as Colectividades que queiram comprar carrinhas a partir deste momento têm o apoio do Município ou se as equipas que queiram ter uma intervenção, em termos desportivos, mais activa, ou seja, com outra dimensão, poderão ou não ter apoio dos veículos municipais para que possam fazer as suas viagens.

Entendo que misturar as duas coisas e não ter uma clareza ou uma transparência total no apoio a este tipo de iniciativas, pode causar algumas dúvidas ou preocupações àqueles que querem praticar Desporto no Concelho de Soure. Daí eu terminar, dizendo que era muito importante, vem aí um ano novo, que a partir desta altura o Senhor Presidente pudesse estar em condições de debater connosco políticas concretas de apoio ao Desporto que nos permitam ter, com muita antevisão, aquilo que é, efectivamente, uma prática que é a prática política da Câmara Municipal de Soure em relação ao apoio ao Desporto.”

O Senhor Presidente respondeu, dizendo: “há, no mínimo, alguma distração da sua parte, porque nós temos uma política municipal de apoio ao Desporto muito concreta, que assenta em três balizas muito claras: uma política de apoio ao funcionamento, que é aprovada anualmente, que entra em linha de conta com as diferentes modalidades, dentro de cada modalidade, com o tipo de prova em disputa e isso é debatido todos os anos; uma outra que se prende com o facto de que quando fazemos/investimos num qualquer equipamento desportivo,

**23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 11 de Dezembro de 2008**

aprovamos sempre um Regulamento de Utilização que permite uma utilização praticamente gratuita às Instituições Desportivas, naquilo que são as suas actividades regulares e o ficar tudo isso vertido nos regulamentos, com essa utilização preferencial e gratuita, é um vector da nossa Política Municipal de Apoio ao Desporto; por fim, todos os anos, aquando da proposta de Plano e Orçamento, apresentamos sempre a rubrica Apoio ao Investimento e colocamos, por exemplo, 150.000,00 euros... Esse valor é atribuído através de propostas em grupo como esta que estamos a analisar!!!... Agora, é evidente que nós não temos, quando fazemos o nosso Orçamento em Novembro/Dezembro, os orçamentos das diferentes Colectividades. Nós sabemos que os apoios ao investimento podem ter vários tipos de finalidade, podem ter que ver com equipamentos físicos, equipamentos, meios de transporte, uma qualquer participação de natureza excepcional e isso tem vindo sempre à Câmara... como, neste momento, a altura é de alguma contenção, as percentagens têm vindo a ser menores. O que tem havido é um tratamento igualitário e, no limite, se de repente todas as Instituições sentissem que tinham necessidade da carrinha, bom... há sempre o princípio da rotatividade e há o princípio daquilo que é aquilo que orçamentalmente estamos em condições de poder consagrar ao apoio nesse exercício económico... é sempre possível podermos pormenorizar ainda mais, debater ainda mais estas políticas. Estamos absolutamente receptivos a poder debater sugestões diferentes, alternativas, em termos de modelo de apoio ao funcionamento, em termos de modelo de apoio via a questão dos regulamentos de utilização dos equipamentos desportivos, em termos de diferente tratamento dos valores consagrados ao investimento e em termos de diferente gestão da afectação daquilo que é a nossa frota de viaturas sempre que solicitados para as disponibilizar ao fim-de-semana. Estamos disponíveis para debater outro tipo de soluções, mas não é verdade que não há Política Municipal de Apoio ao Desporto, claro que há e com balizas conhecidas de todos os responsáveis pelas Colectividades Desportivas do Concelho!!!... Há uma dificuldade... é muito difícil regrar, à vírgula, quando a maioria das Instituições ligadas ao Desporto não nos fazem chegar esse tipo de informação organizada.”

Deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta do Senhor Vice-Presidente, Santos Mota.-----

**Ponto 9. ACÇÃO SOCIAL – APOIO A ACTIVIDADES NO ÂMBITO DA ACÇÃO SOCIAL
. HABITAÇÃO SOCIAL // PROGRAMA PROHABITA**

**23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 11 de Dezembro de 2008**

**. Arrendamento - 4.ª, 5.ª, 6.ª e 7.ª Fases
- Contrato de Participação**

Do Departamento de Obras e Urbanismo foi presente a seguinte informação:

Assunto: ACÇÃO SOCIAL – APOIO A ACTIVIDADES NO ÂMBITO DA ACÇÃO SOCIAL
HABITAÇÃO SOCIAL // PROGRAMA PROHABITA
ARRENDAMENTO - 4.ª, 5.ª, 6.ª E 7.ª FASES
- CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO

A Câmara Municipal, nas reuniões de 15.05, 27.06, 31.07 e 25.08, todas do corrente ano de 2008, deliberou arrendar, no âmbito do Acordo de Colaboração assinado com o anterior INH - Instituto Nacional de Habitação, seis imóveis com vista ao seu subarrendamento ao mesmo número de agregados familiares que integram o referido acordo.

À medida que aquele acordo vai sendo executado, são celebrados com o município os respectivos contratos de participação, nos quais são assumidos por aquela entidade os montantes dos financiamentos.

O presente contrato de participação, com conteúdo igual ao anteriormente aprovado, define, entre outros, o valor do financiamento a conceder pelo IHRU – Instituto de Habitação Urbana, para o arrendamento dos seis fogos, que integram as designadas 4.ª, 5.ª, 6.ª e 7.ª fases.

Face ao exposto, sugerimos a aprovação do presente acordo de participação.

À consideração superior,
O Director de Departamento
(Marcus Tralhão, Dr.)
09.12.2008

Deliberado, por unanimidade, ratificar a subscrição do Contrato de Participação.-----

Ponto 10. ACÇÃO SOCIAL – APOIO A ACTIVIDADES NO ÂMBITO DA ACÇÃO SOCIAL
. HABITAÇÃO SOCIAL // PROGRAMA PROHABITA
. Aquisição/Reabilitação
. Casa do Moinho
- Concurso Público

Do Departamento de Obras e Urbanismo foram presentes as seguintes informações:

Assunto: ACÇÃO SOCIAL – APOIO A ACTIVIDADES NO ÂMBITO DA ACÇÃO SOCIAL
HABITAÇÃO SOCIAL // PROGRAMA PROHABITA
AQUISIÇÃO/REABILITAÇÃO
CASA DO MOINHO
- ESCOLHA DO PROCEDIMENTO PRÉVIO

23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 11 de Dezembro de 2008

Assim, com vista à execução da empreitada acima identificada, sugere-se a V. Exa. aprovação dos seguintes pontos:

1. Escolha de procedimento prévio:

Sugere-se a adopção da modalidade de **concurso público**, uma vez que o preço base é de **251.628,21 euros** - cf. alínea b) do artigo 19.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro -.

A competência para a escolha do procedimento a adoptar, bem como para a aprovação dos restantes pontos da presente informação pertence à Câmara Municipal, uma vez que se trata de uma despesa orçamentada superior a **149.639,36 euros** - cf. alínea a) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de Junho -.

O encargo previsto para a presente empreitada tem em parte dotação no orçamento para o presente ano de 2008 pela rubrica **02.03.07.01.02.02** e trata-se de acção inscrita em plano plurianual de investimentos com a classificação de **03.0012007/78**.

2. Processo de Concurso

Do projecto técnico, programa de procedimento, Cadernos de Encargos.

3. Nomeação de Júri

Nomeação dos membros a integrar o Júri:

1. Presidente: João Eduardo Dias madeira Gouveia, Dr.;
2. Vogal: Manuela Santos, Dra. (substituí o Presidente nas faltas e impedimentos);
3. Vogal: Marcus Tralhão; Dr.;
4. Suplentes: Mário Monteiro, Eng.; Rui Fernandes, Arq.

À consideração superior,
O Director de Departamento
(Marcus Tralhão, Dr.)
09.12.2008

e

Assunto: ACÇÃO SOCIAL – APOIO A ACTIVIDADES NO ÂMBITO DA ACÇÃO SOCIAL
HABITAÇÃO SOCIAL // PROGRAMA PROHABITA
AQUISIÇÃO/REABILITAÇÃO
- EDIFÍCIO NA RUA ALEXANDRE HERCULANO 103 A 107

Concluído o projecto de execução para a reabilitação do imóvel acima referido, foram desenvolvidos pelos serviços técnicos e correspondente Cadernos de Encargos e Mapa de Medições e Orçamento para a execução da obra.

Para uma intervenção que visa a recuperação total do imóvel, com a instalação de duas fracções e tipologia T1 e outras duas de tipologia T2, calculou-se um Preço Base de **251.628,21 €**.

À Consideração Superior
Rui Fernandes - Arq.º
9.12.2008

***23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 11 de Dezembro de 2008***

O Senhor Presidente referiu que: “como estarão todos lembrados, apresentámos uma Candidatura ao PROHABITA, depois do levantamento das situações de grave carência habitacional... na altura isolámos 25 casos: 14 para resolver através da aquisição/reabilitação, 1 por reabilitação, 10 por arrendamento... Este processo tem vindo a ser desenvolvido e no que diz respeito à parte da aquisição, como estarão recordados, há um imóvel na Zona Histórica de Soure que já adquirimos, por 73.000,00 euros, que é o do Largo dos Moinhos... evidentemente, foi desenvolvido o projecto de reabilitação para que esse imóvel fique com condições adequadas para vir a recolher 3 agregados familiares com determinadas características, porque tudo isto está a ser feito de forma integrada.

O que se pretende com esta proposta é que, na prática, aprovemos o projecto de reabilitação do imóvel que adquirimos para este efeito e que, aprovado o mesmo promovamos a abertura de concurso público para realização das obras, que são co-financiadas a 50% no âmbito da Candidatura aprovada ao PROHABITA.”

Foi visualizado o projecto em epígrafe.

O Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa referiu que: “foi referido, expressamente pelo Senhor Arquitecto, a complexidade da intervenção que é feita tendo em linha de conta, fundamentalmente, as diferentes tipologias dos apartamentos que se pretendem implantar no local, como a localização do edifício face à zona protegida do Castelo. A única questão que gostava de colocar, neste momento, é, sem cuidar de averiguar se a concepção estética é adequada ao espaço ou não, porque entendi que fez uma pequena introdução para poder ter mais um T1 no segundo piso, isso pressupõe que seja efectuada uma alteração ao nível do telhado, ou seja, o edifício, em boa verdade, vai ficar diferente daquele que está ali... essa introdução que está é compatível com os tais cuidados que se deve ter em relação à zona de protecção do Castelo?”

O Senhor Presidente referiu que: “quer o Gabinete de Acção Social, quer o Senhor Arquitecto, quer outros técnicos de outras áreas, designadamente o próprio Dr. Marcus Tralhão, uma equipa multidisciplinar, a Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos, têm andado, de forma próxima, no terreno e têm dialogado com os nossos parceiros... esta é a resposta possível, porque havia aqui um outro objectivo, que era fazer um cruzamento de políticas sociais com urbanas e, assim, dar mais vida à Zona Histórica da Vila de Soure.

***23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 11 de Dezembro de 2008***

Foram isolados edifícios, não os que quereríamos, se calhar, mas edifícios que se constatou que era possível comprar dentro dos valores aceites legalmente... porque nós não podemos comprar aquilo que não é passível de ser adquirido pelos valores com que a ambiência legal aplicável nos condiciona e houve todo um trabalho de base. Feito esse trabalho de base, a aquisição deste edifício que nós aprovámos já tinha subjacente uma informação de que o investimento a nele ser desenvolvido era para integrar x número de agregados, com este número de pessoas e que, portanto, teríamos que encontrar uma resposta. Ora, nesta altura, embora perceba o que me está a dizer, seria voltarmos atrás de uma forma que questionaria completamente a exequibilidade do programa da candidatura aprovada...

Essa é uma questão cuja discussão, a justificar-se, teria que ter sido antes... como tecnicamente nos foi sempre dito que isso era possível, o arquitecto tinha duas balizas condicionadoras: procurar não afastar o valor final do investimento, uma vez que ultrapassando o previsto, teríamos que pagar a diferença, via Orçamento Geral Municipal, e, por outro lado, dada a localização, ter todos os Pareceres sem os quais não poderíamos fazer o que quer que seja.

De maneira que, neste momento, embora se possa perceber a preocupação subjacente, não estamos em tempo de equacionar fazer essa reapreciação... aquilo que temos que fazer é materializar esta resposta e, naturalmente, não defraudar as expectativas criadas e resolver o problema!!!...”

O Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa continuou, dizendo: “qualquer tipo de intervenção que seja feita na área do Castelo, será sempre tendente a dignificar aquele espaço e eu não quero, com esta minha intervenção, deixar de dizer que esta intervenção não é digna, entendo é que não é, porventura, o espaço para experiências arquitectónicas de localização de pessoas, embora compreenda a utilidade e a urgência de localização desta infraestrutura. Já tenho, repetidamente, dito que muitas das infraestruturas que estão a ser construídas à volta do Castelo me merecem profundo desacordo, muitas infraestruturas, algumas delas municipais. Espero, naturalmente, que com o bom senso que o Senhor Presidente certamente colocará nesta questão e, naturalmente, o Senhor Arquitecto, não venhamos, uma vez mais, a dizer que se, se calhar, podíamos ter feito isto de outra forma, embora concorde que, porventura, estaremos já com o prazo ultrapassado, mas é a primeira vez que vejo isto; uma coisa é as nossas concepções filosóficas sobre estas naturezas e depois é quando as vemos. Portanto, a única preocupação, não cuidando de averiguar se o trabalho arquitectónico é ou não de qualidade, partindo de quem

**23.^a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 11 de Dezembro de 2008**

vem é, certamente, um trabalho de qualidade, mas eu digo que estou profundamente em desacordo com grande parte das infraestruturas construídas naquele espaço à volta do Castelo.”

O Senhor Presidente respondeu, dizendo: “nós poderíamos ter-nos limitado a chegar aqui e, com base na informação jurídica... concordará que nós quisemos que houvesse uma visualização prévia no momento em que as coisas estão “num ponto de viragem”. Devo dar-lhe nota que a indicação que dei ao Senhor Arquitecto foi que, não obstante tivéssemos que respeitar, de um lado, a resposta social a dar e, do outro lado, um conjunto de condicionantes urbanas, mas que isso também não significaria que ele ficaria “escravo” e que nos trouxesse coisas nas quais não se revisse minimamente. Uma coisa era ter que articular, outra coisa é ter instruções superiores para uma qualquer posição de subserviência, que seria inaceitável. Sinceramente, é a segunda vez que estou a ver a proposta de solução e não vejo que ela agrida o que quer que seja... também não tenho nenhum profundo desacordo com os investimentos feitos nessa área, bem pelo contrário!!!... também lhe devo dizer que só muito recentemente é que tive oportunidade de ver, da sua parte, a expressão “*de um profundo desacordo com alguns desses investimentos*”... devo até adiantar que muita gente, que, no momento em que, a esse nível, terá optado pelo silêncio, porventura um silêncio solidário com a minha proposta, a verdade é que aqueles que então disseram mal, hoje, curiosamente, muitos deles dizem bem... o Senhor Vereador terá tido uma evolução diferente, terá passado do silêncio solidário para a assumpção de que não gosta e não se revê naquelas soluções... É uma posição legítima, que todos respeitamos e acima de tudo bem percebemos.”

A Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos referiu que: “relativamente à intervenção do Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa gostaria de dizer que respeito a sua opinião e podemos aqui estar todos a dizer se gostamos ou não do projecto que ali está, no fundo, a discussão prende-se com a análise subjectiva, o nosso gosto pela intervenção que é feita. Na altura, quando iniciámos esta área, o Dr. Marcus está lembrado, o Senhor Arquitecto também, tivemos o cuidado de, antes de intervir, aprender com pessoas que tinham experiência neste caso e trouxemos a Soure alguns responsáveis das áreas de Habitação de outras Câmaras Municipais, para nos darem algumas dicas/conselhos de como fazer a intervenção nesta área. Foi opção da Câmara Municipal de, em vez de construir de raiz e fazer casas, usar este dinheiro, e apoiado pelo Estado, no âmbito da Habitação Social para recuperar casas que de outra forma não o seriam. O que estamos aqui a fazer é recuperar uma

***23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 11 de Dezembro de 2008***

zona, um edifício, como vamos recuperar outros, que se não fossem recuperados agora, por esta estratégia com esta finalidade, nós iríamos ver, isso sim, completamente degradados e a cair como estão outras casas sinalizadas por nós; estamos a ver a baixa de Soure a ficar nesse estado, que é completamente demolidas, degradadas e sem vida.

Portanto, independentemente de gostarmos ou não, penso que é a função que devemos privilegiar e estamos sujeitos, também, a regras, a analisar áreas, a encontrar e a definir espaços e habitações de acordo com as áreas existentes e não nos cabe a nós dizer que aquela casa é para uma família ou para duas porque estamos limitados a áreas que são estipuladas, indicadas em legislação governamental.”

O Senhor Presidente referiu que: “como a Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos disse, tem a ver com o facto de haver um cruzamento de políticas sociais com urbanas, mas há ainda outra questão... eu acho que nós temos que seguir o exemplo de alguns investidores privados... é que quando a Senhora Vereadora referiu que algumas casas estão sinalizadas, é verdade, mas há outras... por exemplo, todas as casas na zona da Igreja Matriz foram recuperadas por privados e, portanto, aquilo que está a acontecer é que se os privados estão a fazer as coisas de forma condicionada por nós e pelo IPPAR e se nós queremos cruzar objectivos sociais com objectivos urbanos, temos que fazer o mesmo... A baixa de Soure nunca foi tão intensamente reabilitada como está a sê-lo e, portanto, nós temos que acompanhar de forma adequada o investimento privado que tem vindo a ser feito.”

O Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa referiu que: “nada do que a Senhora Vereadora e o Senhor Presidente disseram obsta àquilo que eu próprio comentei; nós, em lado algum, em momento algum, discutimos a importância fulcral e estratégica de ocupar o centro da Vila e parto do princípio que seja um sentimento que nos una a todos, ou seja, o despovoamento urbano é algo que nenhum de nós quer e nenhum de nós aprova. O que está em causa é, reponho a questão tal como a coloquei desde o primeiro minuto, uma questão e não outra, que é o cuidado especial com uma situação emblemática, que é a zona circundante do Castelo de Soure e, nesse sentido, verti para a discussão um conjunto de pensamentos/reflexões e tomadas de posição que, naturalmente, são as minhas, mas que em lado algum e em momento algum eu coloquei em causa uma intervenção estratégica que pauto de muito oportuna e até diria providencial, que é a Câmara Municipal dar o exemplo de recuperação de espaços na zona central da Vila de Soure.”

***23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 11 de Dezembro de 2008***

O Senhor Presidente referiu que: “já que estamos todos absolutamente em sintonia em termos estratégicos, perceba isto: quer eu, com uma coordenação menos próxima, quer a Senhora Vereadora, Dra. Manuela Santos, se houve preocupações que a todo o momento foram transmitidas aos técnicos directamente envolvidos, são todas essas preocupações em nome das quais está a fazer esse tipo de intervenção... Agora, o que nós não fizemos foi, em nome dessas preocupações, imiscuirmo-nos naquilo que é o trabalho exclusivamente técnico... nós estamos aqui a discutir uma questão que é um bocadinho subjectiva, porque é o primeiro a reconhecer que o técnico trabalhou com competência e sentido de responsabilidade, acompanhado por técnicos de instituições parceiras... porventura até a solução inicial dele, que lhe agradaria mais, teve que ser ajustada ou corrigida... bom, mas a verdade é esta: são os equilíbrios que globalmente têm que existir numa sociedade democrática para que, em nome dos mesmos, possam surgir soluções que, não sendo aquelas que mais agradam a cada um de nós, estão balizadas por diferentes intervenientes e é isso que distingue a democracia de outro tipo de sistemas...”

O Senhor Vereador Prof. Fernando Martinho referiu que: “reconhecemos todos que estamos a falar de uma zona sensível da Vila de Soure; eu diria que acresce a isto que estamos a falar de uma zona que, efectivamente, nos diz muito a todos nós, sobretudo àqueles que vivenciaram esta zona quando eram mais jovens e temos memórias muito fortes que, se calhar, às vezes, nos condicionam em algumas análises. Eu sou daqueles que defendo dinâmicas urbanas que consigam conjugar a modernidade com a preservação da História e, portanto, sobre essa questão nem sequer vou aqui opinar. O que me preocupa, e já frisei em algumas reuniões, é o que irá acontecer ao Moinho. Numa dessas reuniões fiz uma proposta, que era que se fizesse um levantamento de todos os Moinhos e Engenhos de Água que existiam nos Rios Anços e Arunca, mas sobretudo no Rio Anços e na Levada, que foi construída pelas ordens religiosas, de modo a que fossem preservados. O Senhor Presidente, na altura, referiu que havia um projecto mais globalizante que versava também esta questão das águas; na altura, se não me engano, estava a decorrer um evento, uma exposição sobre a água, mas recorro que, de facto, estamos a falar de uma zona muito sensível e muito importante em termos da memória histórica da utilização da Levada pelos nossos antepassados e do que resta disso. Não vou aqui fazer um levantamento exaustivo destes engenhos, mas recorro que o último é em

***23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 11 de Dezembro de 2008***

Vila Nova de Anços, está desactivado e em situação de pré-ruína; depois, caminhando para a nascente, encontramos a antiga Casa da Levada, que foi recuperada e penso que está sem uso; ainda na Levada, junto à Ponte de Baixo, encontramos os antigos Moinhos do Panão, que não sei que utilização estão a ter; depois, tínhamos a Casa dos Moinhos, junto à oficina; mais para norte, temos os dos Novos; ao lado, os de Paleão e parece-me que é um conjunto de antigos instrumentos de moagem ou de aproveitamento da energia hidráulica que deviam ser preservados, não de uma forma isolada, mas sim no seu conjunto, criando, provavelmente, um Roteiro que pudesse valorizar, não só estas máquinas de água, mas também toda a sua envolvente. Quando ouvi falar no desmonte, ainda que estejamos numa fase precoce da forma como irá ser tratado o Moinho, fiquei preocupado; aquela é uma zona muito sensível, que já foi intervencionada há uns anos atrás, aquando da intervenção da piscina e das intervenções que foram feitas na Biblioteca, mas fiquei preocupado e, se calhar, era tempo de nós fazermos, descontextualizando da tal intervenção macro, uma intervenção mais focalizada na questão dos engenhos de água, para podermos preservar o que ainda resta desta memória... recordo que a maior parte destes Moinhos estão em ruína; foi recuperado o dos Novos, aquele junto à Ponte de Baixo, aqui no Município, mas os outros parece-me que estão em situação que, se não lhes acudirmos, tomarão outros caminhos...”

Foi prestado um pequeno esclarecimento pelo Senhor Director de Departamento de Obras e Urbanismo, Dr. Marcus Tralhão.

O Senhor Presidente referiu que: “penso que já ninguém tem a pretensão de convencer quem quer que seja do que quer que seja e temos que nos voltar a situar naquilo que, para todos os efeitos, está para ser juridicamente apreciado e votado... neste momento, aquilo que está para ser juridicamente apreciado e votado, no fundo, é que aprovemos a abertura de concurso público para realização das obras de reabilitação decorrentes do projecto que está favoravelmente considerado pelos organismos que tinham que se pronunciar.”

O Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa prestou a seguinte Declaração de Voto: “a minha declaração de voto é pessoal e, portanto, com total compreensão e acordo dos meus colegas de Bancada e tem a ver não com o conteúdo objectivo da utilização desta casa, com as suas condições de habitabilidade ou outro tipo de

**23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 11 de Dezembro de 2008**

concepções, mas tem a ver com aquilo que eu disse desde o primeiro minuto, que é a localização deste Programa, da maneira como me é apresentado hoje, com o espaço histórico onde se insere.”

Deliberado, por maioria, com seis (6) votos a favor e uma (1) abstenção, aprovar a abertura de concurso público, conforme decorre das informações técnicas dos serviços.-----

Ponto 11. ACÇÃO SOCIAL – APOIO A ACTIVIDADES NO ÂMBITO DA ACÇÃO SOCIAL
 . PARTICIPAÇÃO NO PROJECTO PDIAS
 . Apoio a Obras em Habitações Degradadas
 - Proposta

O Senhor Presidente referiu que: “de 2000 para cá, a Câmara já deu apoios complementares a 26 casos concretos de diferentes Freguesias, uns surgidos através de prévia avaliação no âmbito do PDIAS, outros de prévia avaliação no âmbito do CLA/RSI.

Como sabem, os Planos e os Orçamentos aprovados, normalmente, têm vindo a acautelar, a dar cobertura orçamental a que apoiemos um número reduzido de casos por ano; esta é a primeira proposta do corrente exercício económico de 2008 e a Senhora Vereadora, aquilo que nos propõe, sendo que para cada um destes casos há um processo, é que em qualquer deles seja aprovado o valor máximo previsto.

São, repito, processos em que com este apoio e também dos programas onde está integrado este tipo de avaliação, apesar de tudo, se vai ajudando a melhorar significativamente este conjunto de agregados, que são agregados que têm uma carência social inequívoca.”

Deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta da Senhora Vereadora Dra. Ana Maria Treno.-----

Ponto 12. ACÇÃO SOCIAL – URBANIZAÇÃO E URBANISMO
 . Santa Casa da Misericórdia de Soure
 - Isenção de Taxas

Do Departamento de Obras e Urbanismo foi presente a seguinte informação:

Assunto: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE SOURE
 - ISENÇÃO DE TAXAS

**23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 11 de Dezembro de 2008**

A entidade acima identificada é titular de um processo relativo a um pedido de licenciamento (Proc. n.º 66/2007), para a construção de um edifício destinado a Lar de Idosos e Creche.

Face ao interesse que o investimento reveste para o Concelho, e à semelhança do que tem sucedido com outros casos, sugerimos, nos termos d n.º 2 do artigo 3.º do Regulamento e Tabela de Taxas de Licenças e de Prestação de Serviços Municipais, que a Câmara Municipal delibere isentar esta instituição do pagamento de quaisquer taxas devidas no âmbito do referido processo.

À Consideração Superior,
O Director de Departamento
(Marcus Tralhão, Dr.)
09.12.2008

Deliberado, por unanimidade, aprovar o presente pedido de isenção de pagamento de taxas, conforme decorre da informação técnica dos serviços.-----

**Ponto 13. SANEAMENTO E SALUBRIDADE – CEMITÉRIOS
. AQUISIÇÃO DE TERRENO
- Ampliação do Cemitério da Vinha da Rainha**

Do Departamento de Obras e Urbanismo foram presentes as seguintes informações:

Assunto: SALUBRIDADE – CEMITÉRIOS
AMPLIAÇÃO DO CEMITÉRIO DA VINHA DA RAINHA
AQUISIÇÃO DE TERRENO

Com vista à ampliação do equipamento acima referido, torna-se necessário a aquisição de um móvel, identificado na informação em anexo.

Tendo em conta o preço constante da informação técnica, compete à Câmara Municipal nos termos da alínea f) do n.º 1 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Outubro, a decisão sobre aquisição.

À Consideração Superior,
O Director de Departamento
(Marcus Tralhão, Dr.)
09.12.2008

e

Assunto: SANEAMENTO E SALUBRIDADE – CEMITÉRIOS
AQUISIÇÃO DE TERRENO
AMPLIAÇÃO DO CEMITÉRIO DA VINHA DA RAINHA

A Câmara Municipal de Soure, na sua reunião de 27 de Setembro, deliberou por unanimidade, adquirir um terreno para ampliação do cemitério da Vinha da Rainha.

23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 11 de Dezembro de 2008

A Junta de Freguesia da Vinha da Rainha vem sugerir no ofício em anexo, que, a Câmara adquira mais uma parcela contígua e para o mesmo fim.

De acordo com o PDM, o local insere-se em área agrícola, parcialmente em RAN e fora da REN. O prédio tem a área total de 1.400m².

Considerando a área, a localização e a classificação no PDM, parece-me razoável o valor de 2.500 € para a aquisição em causa.

Este valor traduz-se num custo unitário de 1,78 €/m².

Salienta-se ainda que a CCDRC na vistoria realizada ao terreno em 13 de Dezembro de 2007, considerou o solo ideal para o fim a que se destina, sem necessidade de correcção das suas características físicas.

À Consideração Superior,
Maria José O. Carvalhão, Eng.ª
5 de Dezembro de 2008

O Senhor Presidente referiu que: “do que se trata é de aprovarmos uma proposta de aquisição de mais uma parcela de terreno para dar continuidade à estratégia que permita concretizar uma necessária ampliação daquele equipamento.”

O Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa referiu que: “congratular-me com este assunto; é, naturalmente, uma impossibilidade a continuação do actual estado em relação ao Cemitério da Vinha da Rainha; vejo com muito bons olhos esta ampliação e esta aprovação e fico feliz por participar nesta votação, tanto mais que, todos nós sabemos, não há espaço para mais ninguém. A partir do momento em que esta ampliação é aprovada, aquilo que me oferece dizer é congratularmo-nos todos nós por disponibilizarmos para aquela Freguesia este espaço que, infelizmente, é necessário e apelar ao Senhor Presidente grande brevidade em toda a tramitação deste processo, de modo a que mais rapidamente possível este espaço esteja dedicado ao fim para o qual foi adquirido.”

Deliberado, por unanimidade, aprovar a aquisição de um terreno, conforme decorre das informações técnicas dos serviços.-----

Ponto 14. RECURSOS HUMANOS - Estágios

14.1. Agrupamento de Escolas de Soure

Deliberado, por unanimidade, aprovar a subscrição de um Protocolo de Colaboração.-----

**23.^a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 11 de Dezembro de 2008**

14.2. Instituto Pedro Hispano

Deliberado, por unanimidade, aprovar a subscrição de um Protocolo de Colaboração.-----

**Ponto 15. TRABALHADORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE SOURE
. NATAL /2008**

Deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta de apoio que tem vindo, tradicionalmente, a ser aprovada.-----

**Ponto 16. ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL
- “Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado”
- Contratação de um Empréstimo a Médio/Longo Prazo**

O Senhor Presidente referiu que: “esta é uma Resolução de Conselho de Ministros de 27 de Novembro e a primeira questão que se deveria colocar, era se tínhamos ou não interesse em aceder a este Programa... Pensamos que nós temos todo o interesse... primeiro, porque concordamos com o princípio que lhe está subjacente, que é o de reduzir ainda mais os prazos médios de pagamento a fornecedores... depois, porque estamos em condições de a ele recorrermos, face às regras de elegibilidade... O facto de esta Resolução se estender também aos Municípios não significa que todos lá possam ir... com efeito, só aqueles que não tenham mais de três “verificações”, em termos de um artigo que define a elegibilidade, e nós aí estamos à vontade... portanto, somos claramente um Município em condições de poder aceder a este Programa.

Depois, no plano económico, este Programa é vantajoso porque, reparam: 60% do capital mutuado, nos moldes tradicionais - recurso à Banca, a pagar em 5 anos, à taxa Euribor, podendo haver um prémio se reduzirmos ainda mais os prazos de pagamento - e 40%, do valor atribuível, nos primeiros 5 anos sem qualquer amortização e sem qualquer juro...

Perguntarão vocês... porquê até 1.931.629,22€?... Cada Município não pode pedir aquilo que gostaria, cada Município não pode pedir aquilo que entende que gostaria de ter acesso. Por exemplo, no nosso caso, devemos a credores que não a Banca \approx 3.500.000,00€... é evidente que se tivéssemos

**23.^a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 11 de Dezembro de 2008**

possibilidades de “arrecadar” 3.000.000,00€, seria o ideal... mas, esta Resolução define o Máximo Atribuível... Os técnicos fizeram as contas e aplicando essa fórmula ao Município de Soure, o máximo atribuível é, até 1.931.629,22€...

Agora, o que é que acontece?... Da mesma forma que nós temos que manifestar a nossa intenção de adesão até 15 de Janeiro de 2009, também a Direcção Geral de Tesouro e Finanças vai pedir à Direcção Geral do Orçamento e das Autarquias que, por um lado, confirmem a elegibilidade das candidaturas das Câmaras que as apresentaram, mas que depois defina o montante de financiamento atribuível que resultar do rateio que, eventualmente, vier a ser feito... até 16 de Fevereiro de 2009, a Direcção Geral do Tesouro e Finanças divulgará, na página da internet, a lista dos Municípios elegíveis e o respectivo montante de financiamento autorizado. De resto, aquilo que estamos a fazer é a conjugar as regras dessa Resolução com as regras do Endividamento Municipal. Há quem defenda que bastaria que aprovássemos a intenção de aderir ao Programa, mas o problema é que, e juridicamente ninguém explica isso bem, o que é dito é que *até 15 de Janeiro de 2009 e após consulta à Banca, o Município solicita à Direcção Geral do Tesouro a adesão ao Programa...* ora, se nós solicitamos até 15 de Janeiro a adesão após consulta à Banca, eu só conheço uma forma de consultar a Banca, é aprovar a contratação de um empréstimo nos moldes que decorre da Lei da Finanças Locais e depois, porque já consultámos a Banca, manifestar a intenção de adesão.

De qualquer forma, e além de aspectos técnicos, económicos ou jurídicos, a questão política que está subjacente à proposta é esta: não faria sentido que não melhorássemos ainda mais aquilo que é o nosso prazo médio de pagamentos. Portanto, se temos um instrumento económico ou financeiro vantajoso para poder reduzir os prazos de pagamento e, com isso, ajudar a minorar as dificuldades do sector empresarial, é evidente que seria, do nosso ponto de vista, absolutamente inqualificável que não procurássemos aproveitar a utilização desta possibilidade legal para reduzir os prazos de pagamento... assim, é neste contexto, nesta ambiência e com esta pressa que isto surge, porque a Resolução é de 27 de Novembro e nós temos que nos pronunciar até 15 de Janeiro.”

A Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos referiu que: “irei apoiar e aprovar esta proposta e há uma justificação única: é ter como objectivo a substituição da dívida a fornecedores incidir sobre isto. Portanto, dada a ambiência que hoje vivemos, as dificuldades que muitos fornecedores, pequenas e médias empresas atravessam, penso que esta medida é uma medida muito positiva; é uma política que também é

*23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 11 de Dezembro de 2008*

económica e com objectivos de incidência social, preocupando-me também a dívida à Banca, sem dúvida que me preocupa muito mais, pela sua fragilidade, a dívida a fornecedores e, portanto, esta é, para mim, a grande razão de apoiar o recurso a esta medida.”

O Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa referiu que: “sem conseguir defender tão acerrimamente as políticas de Governo como a Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos, de qualquer maneira queria, sobre este assunto, dizer o seguinte: há que ter em linha de conta, fundamentalmente em questões desta natureza, a forma e o fundamento que estão subjacentes a propostas desta natureza. No que diz respeito à forma, parece-me que o Governo esteve bem em impulsionar as Autarquias no sentido de que fossem o mais directamente possível àqueles que mais podem estar fragilizados no momento económico em que todos nós vivemos, que são os pequenos fornecedores, daí eu entender que seria destituído de sentido e politicamente incorrecto qualquer agremiação política ou partidária estar, digamos, em desacordo filosófico e político sobre uma proposta desta natureza, daí eu entender o seguinte: quanto à forma, parece-me o adequado, é um modelo que o actual Governo engendrou no sentido de resolver um problema que é um problema do País e, nesse sentido, devemos estar todos de acordo. Quanto ao fundamento desta proposta, então aí só lhe colocaria algumas questões de pormenor e que se as colocar agora me sentirei muito mais aliviado para poder, quando confrontado com algum fornecedor a quem a Câmara de Soure ainda deva dinheiro, dar uma resposta capaz e as perguntas são de natureza diversa, umas estritamente relacionadas com os números que aqui são vertidos neste documento e outras sobre questões de compromissos políticos que vossa excelência assumirá, se bem entender, comigo, a partir do momento que as coloque nesta mesa.

Quanto à primeira parte quero questioná-lo sobre o seguinte: esta distribuição de regras de aplicação ou de obtenção dos apoios são gizadas à partida, ou seja, são 60% de Instituições de Crédito e 40% do Estado; se é assim que diz a lei, estamos esclarecidos.

Quanto às prioridades que o Senhor Presidente coloca neste documento, embora não seja da sua lavra é, ratificado por si, ele diz, no ponto 3 do enquadramento técnico, depois de, naturalmente dizer, sendo um documento técnico, que esta justificação é, do ponto de vista técnico ou económico, uma operação coerente, gostaria de ir àquilo que o primeiro parágrafo refere. O Senhor Presidente demonstra preocupação em que sejam estabelecidas determinadas particularidades e, acima de tudo, prioridades. Na perspectiva do Senhor Presidente, este

***23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 11 de Dezembro de 2008***

empréstimo, a ser aprovado, será claramente para resolver problemas das pequenas e médias empresas. É o que está aqui transcrito e, nesse sentido, é esse o compromisso que lhe quero colocar, é se a partir do momento em que este empréstimo seja aprovado, e o Senhor Presidente dará curso a que o mesmo chegue a quem é devido, se nos pode garantir que serão efectivamente as pequenas e médias empresas que vão ser as mais beneficiadas com este apoio, ou seja, se consegue hierarquizar uma lista de pagamentos e de que as pequenas e médias empresas - os pequenos fornecedores - são efectivamente os primeiros a ser contemplados. É uma preocupação que tem a ver com o tecido económico do nosso Concelho.

Esta observação tem a ver com algo que eu gostaria de evocar nesta sessão, em que nós verificamos, na leitura atenta das maiores empresas do Distrito de Coimbra, que duas ou três das empresas que estão nos 150 primeiros lugares do Distrito de Coimbra têm a sua intervenção activa no Concelho de Soure e, naturalmente, pagam os seus impostos em Concelhos vizinhos.

Naturalmente, iremos aprovar esta proposta pedindo/solicitando que os pequenos fornecedores de Soure sejam os primeiros a ser contemplados com estes pagamentos.”

O Senhor Presidente referiu que: “em primeiro lugar, não há propriamente elasticidade nas regras... a própria Resolução do Conselho de Ministros tipifica os 60% e os 40% e define, à partida, como é que isto se processa e não se processa... Por outro lado, aquilo que se poderá pagar com a utilização deste capital é exclusivamente aquilo que já são dívidas pré-existentes e a lógica é que o pagamento de dívidas pré-existentes se faça sempre das mais antigas para as mais recentes.

Por outro lado, devo ainda acrescentar que, em matéria de pequenas e médias empresas de Soure, são raros os casos que chegam sequer aos 101 dias... ainda assim, os que “lá chegam”, tal tem a ver com o facto de, pura e simplesmente, não terem a sua situação em condições de poderem receber... a preocupação com as pequenas e médias empresas, designadamente do Concelho, não é uma preocupação que começa na contratação deste empréstimo, é uma preocupação do dia a dia!!!... Portanto, aquilo que nós vamos fazer é, claramente, preocupar-nos em reduzir ainda mais o prazo médio de pagamento.

A Resolução começa por dizer “cada Município pede aquilo que entende precisar ou aquilo que resulta da fórmula seguinte...”, que é o limite máximo atribuível... ora, aplicada essa fórmula a Soure dá este valor; portanto, como a nossa dívida a

**23.^a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 11 de Dezembro de 2008**

credores que não a Banca é superior, devemos trabalhar com o valor máximo porque ele é inferior.

Seria politicamente incompreensível que estando nós numa situação de elegibilidade face a este instrumento, só porque vamos gerindo, que nos demitíssemos de o utilizar. Fizemos o “trabalho de casa” e vamos ver...

Assim, é proposto que aproveemos solicitar, até 15 de Janeiro de 2009, à Direcção Geral de Tesouro e Finanças, a adesão ao Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado, indicando como financiamento desejado, o valor de 1.931.629,22 euros e a contratação de um empréstimo de médio/longo prazo no âmbito desse Programa, de acordo com a informação técnica económica ou jurídica que lhe está adjacente.”

Deliberado, por unanimidade, aprovar as seguintes propostas:

- *Solicitar à Direcção Geral do Tesouro e Finanças a Adesão ao Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado, indicando como financiamento desejado o valor de 1.931.629,22 euros. -----*
- *A Contratação de um Empréstimo de Médio/Longo Prazo no âmbito do Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado, conforme decorre da informação técnica, económica/jurídica. -----*